

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Apresentação: Submetemos à apreciação de V.Sas., em cumprimento às determinações legais e estatutárias, as demonstrações contábeis da J.P. Morgan S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários (DTVM) do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, acrescidas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes.

Desempenho: No exercício de 2023, a DTVM apresentou um lucro de R\$ 139.795, correspondente a R\$ 2.795,89 por ação, sendo que no exercício anterior apresentou lucro de R\$ 148.896. Em 31 de dezembro de 2023, o valor patrimonial por ação atingiu R\$ 15.825,05, um aumento de 21,46% em relação ao período anterior.

Comitê de Auditoria: O Comitê de Auditoria é único para o Conglomerado JP Morgan, sendo composto na data deste relatório por cinco membros.

São Paulo, 27 de março de 2024

A Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Dezembro 2023	Dezembro 2022		Nota	Dezembro 2023	Dezembro 2022
Ativo				Passivo			
Circulante		2.230.605	1.572.498	Circulante		1.446.213	1.417.990
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.666.809	1.567.542	Negociação e intermediação de valores	6	1.361.947	1.346.503
Disponibilidades		235	237	Obrigações fiscais correntes	8a	77.931	65.824
Aplicações interfinanceiras de liquidez		1.666.574	1.567.305	Outros passivos	7	6.335	5.663
Instrumentos financeiros	5	558.491	-	Não circulante		29.766	32.291
Aplicações em depósitos interfinanceiros		558.491	-	Obrigações fiscais diferidas	8b	5.698	5.154
Outros ativos	7	5.305	4.956	Outros passivos	7	515	82
Não circulante		36.627	529.241	Provisões para passivos contingentes e obrigações legais	9	23.553	27.055
Realizável a longo prazo		36.592	529.133	Patrimônio líquido	10	791.253	651.458
Instrumentos financeiros	5	-	494.008	Capital social		550.500	325.000
Aplicações em depósitos interfinanceiros		-	494.008	Aumento de capital		-	25.500
Ativos fiscais diferidos	8b	7.417	7.358	Reservas de capital		2.584	2.584
Outros ativos	7	29.175	27.767	Reservas de lucros		238.169	298.374
Investimentos		1	1	Total do passivo e patrimônio líquido		2.267.232	2.101.739
Outros investimentos		1	1				
Imobilizado		34	107				
Outras imobilizações de uso		738	743				
(-) Depreciações acumuladas		(704)	(636)				
Total do ativo		2.267.232	2.101.739				

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Capital social	Aumento de capital	Reservas de capital	Reservas de lucros	Lucros acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2021		274.104	-	2.584	34.812	-	507.062
Aumento de capital	10	50.896	25.500	-	(50.896)	-	25.500
Total do resultado abrangente do período		-	-	-	-	148.896	148.896
Lucro líquido do período		-	-	-	-	148.896	148.896
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-	-	-
Destinação do lucro líquido:							
Reserva legal	10	-	-	-	7.445	(7.445)	-
Reserva estatutária	10	-	-	-	111.451	(111.451)	-
Juros sobre capital próprio (R\$ 600 por ação)	10	-	-	-	-	(30.000)	(30.000)
Em 31 de dezembro de 2022		325.000	25.500	2.584	42.257	256.117	651.458
Aumento de capital	10	225.500	(25.500)	-	(200.000)	-	-
Total do resultado abrangente do período		-	-	-	-	139.795	139.795
Lucro líquido do período		-	-	-	-	139.795	139.795
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-	-	-
Destinação do lucro líquido:							
Reserva legal	10	-	-	-	6.990	(6.990)	-
Reserva estatutária	10	-	-	-	132.805	(132.805)	-
Juros sobre capital próprio (R\$ 600 por ação)	10	-	-	-	-	(30.000)	(30.000)
Em 31 de dezembro de 2023		550.500	-	2.584	49.247	188.922	791.253
Em 30 de junho de 2023		550.500	-	2.584	45.873	56.117	723.776
Total do resultado abrangente do período		-	-	-	-	67.477	67.477
Lucro líquido do período		-	-	-	-	67.477	67.477
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-	-	-
Destinação do lucro líquido:							
Reserva legal	10	-	-	-	3.374	(3.374)	-
Reserva estatutária	10	-	-	-	132.805	(132.805)	-
Em 31 de dezembro de 2023		550.500	-	2.584	49.247	188.922	791.253

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A J.P. Morgan S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários ("Distribuidora" ou "Instituição") é uma controlada direta do Banco J.P. Morgan S.A., constituída na forma de sociedade anônima e com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.729 – São Paulo/SP. Suas operações são conduzidas no contexto de um conglomerado de instituições que atua integralmente no mercado financeiro, nacional e internacional. Conseqüentemente, certas operações têm a coparticipação ou a intermediação de empresas associadas, integrantes do grupo financeiro J.P. Morgan. O benefício dos serviços prestados entre essas empresas e os custos comuns das estruturas operacional e administrativa são absorvidos segundo a praticabilidade e a razoabilidade a eles atribuídos, em conjunto ou individualmente, por essas instituições.

2. Apresentação e elaboração das demonstrações contábeis: As demonstrações contábeis individuais da Instituição foram elaboradas de acordo com as Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, e com as práticas contábeis adotadas no Brasil, associadas às normas do Banco Central do Brasil (BACEN) e do Conselho Monetário Nacional (CMN). A Resolução nº 4.818, do CMN, e a Resolução nº 2 do BACEN, estabelecem critérios gerais e procedimentos para elaboração e divulgação das demonstrações contábeis. Na elaboração das demonstrações contábeis, foram utilizados, de forma restrita e permissiva na determinação dos montantes de certos ativos, passivos, receitas e despesas de acordo com as práticas contábeis vigentes no Brasil. Essas estimativas e permissivas foram consideradas na mensuração de contingências e na seleção do prazo de vida útil de certos ativos. Os resultados efetivos podem ser diferentes das estimativas e permissivas adotadas. A Instituição elabora suas demonstrações contábeis e as disponibiliza em seu site <https://www.jp.org.br/pt/disclosures>.

3. Principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado - É apurado pelo regime de competência.
b) Ativos circulante e realizável a longo prazo - Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos, deduzido, quando aplicável, das correspondentes provisões para perdas ou ajustes do valor de mercado.
c) Imobilizado - Representado, principalmente, por imobilizado de uso e demonstrado ao custo de aquisição. Conforme Resolução nº 4.535 do CMN, a depreciação do imobilizado é calculada e registrada com base no método linear, considerando taxas que contemplam a vida útil-econômica dos bens.
d) Passivos circulante e não circulante - Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo os encargos e as variações monetárias incorridas.
e) Passivos contingentes e obrigações legais - A Instrução Normativa BCB nº 319 revogou a Carta-Circular nº 3.429, que requeria o provisionamento de todas as obrigações legais, independentemente da probabilidade de perda. Em janeiro de 2023, com a Instrução Normativa BCB nº 319, houve a convergência ao CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, regulado pelo Banco Central por meio da Resolução nº 3.823 do CMN. Os passivos contingentes e obrigações legais decorrem de processos judiciais, legais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros e órgãos públicos, podendo ser ações de natureza tributária, trabalhistas, cíveis e outros riscos. A Administração, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, provisiona o montante estimado para liquidação dos processos cujo risco de perda seja classificado como provável. Os processos cujos riscos de perda jurídica sejam classificados como possíveis, são divulgados em nota explicativa, porém conforme norma vigente não é requerido provisionamento. Os processos classificados como remoto, não requerem provisão nem divulgação. Os valores das contingências são quantificados utilizando modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e ao valor. Os depósitos judiciais dados em garantia são atualizados de acordo com a regulamentação vigente.
f) Imposto de renda e contribuição social - A provisão do Imposto de Renda (IRPJ) corrente foi calculada à alíquota de 15% sobre a integralidade da base mais 10% sobre a base excedente a R\$ 240.000,00. A Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) corrente foi calculada à alíquota de 15%. Para o período de agosto até dezembro de 2022, a CSLL corrente foi calculada à alíquota de 16%, conforme MP nº 1.115/2022 e Lei nº 14.446/2022. Ativo e passivo fiscais diferidos referem-se, principalmente, aos ajustes temporários às bases de IRPJ e da CSLL sendo registrados para refletir os efeitos fiscais futuros, atribuíveis às diferenças entre os critérios contábeis e a legislação fiscal pertinente. Considerando nossas perspectivas de realização, em 31 de dezembro de 2023: (i) o crédito tributário de IRPJ foi calculado mediante a utilização da alíquota de 25% sobre os ajustes temporários a serem realizados; e (ii) o crédito tributário relativo à CSLL foi calculado mediante a utilização da alíquota de 15% sobre ajustes temporários.
g) Caixa e equivalentes de caixa - Incluem disponibilidades e investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco irrelevante de mudança de valor e com prazo original de vencimento em até 3 meses.
h) Dividendos e juros sobre capital próprio - Considerando o disposto na Resolução CMN nº 4.872, os juros sobre capital próprio e os dividendos pagos devem ser reconhecidos a partir do momento que configurem obrigação presente na data do balanço e, registrados em conta específica no patrimônio líquido.

4. Caixa e equivalentes de caixa
São representados por disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com prazo original de vencimento em até 3 meses.

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Disponibilidades	235	237
Aplicações em operações compromissadas		
- posição bancada	1.666.574	1.567.305
Total	1.666.809	1.567.542

5. Instrumentos financeiros

São representados por aplicações em depósitos interfinanceiros com vencimento inferior a 1 ano em 2023 e superior a 1 ano em 2022:

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Aplicações em depósitos interfinanceiros	558.491	494.008
Total	558.491	494.008

6. Negociação e intermediação de valores: Referem-se a credores por conta de liquidações pendentes no valor de R\$ 1.361.947 (dezembro de 2022 – R\$ 1.346.503), em decorrência do serviço de custódia prestado pela Instituição.

7. Outros ativos e outros passivos: Outros ativos estão representados, principalmente, por devedores por depósitos em garantia, relacionados a obrigações fiscais e previdenciárias, no valor de R\$ 29.175 (dezembro de 2022 – R\$ 27.767) e rendas a receber no valor de R\$ 4.369 (dezembro de 2022 – R\$ 4.254). Outros passivos referem-se, principalmente, à provisão para pagamentos relacionados à despesa de pessoal no valor de R\$ 2.588 (dezembro de 2022 – R\$ 2.630), despesas administrativas no valor de R\$ 3.529 (dezembro de 2022 – R\$ 2.140) e valores a pagar a sociedades ligadas no valor de R\$ 604 (dezembro de 2022 – R\$ 934).

8. Imposto de renda e contribuição social
a) Obrigações fiscais correntes - Referem-se, principalmente, à provisão para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro no montante de R\$ 76.522 (dezembro de 2022 – R\$ 65.330).
b) Ativos e obrigações fiscais diferidos - A natureza e a origem do imposto de renda e a contribuição social diferidos são demonstrados como segue:

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Contingências	5.369	5.870
Provisão de honorários advocatícios	1.400	847
Provisão para participações nos lucros	573	610
Unidades de ações restritas – RSU	48	-
Outros	27	31
Créditos tributários – ativo	7.417	7.358
Obrigações fiscais diferidas – passivo	5.698	5.154

Em 2023, foi constituído crédito tributário sobre diferenças temporárias no valor de R\$ 1.223 (dezembro de 2022 – R\$ 977) e realizado R\$ 1.164 (dezembro de 2022 – R\$ 439). Em 2023, foi constituído passivo fiscal diferido no valor de R\$ 544 (dezembro de 2022 – R\$ 493).

A previsão de realização dos créditos tributários no montante de R\$ 7.417 (dezembro de 2022 – R\$ 7.358) é estimada conforme abaixo:

1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	5º Ano	6º Ano	7º Ano	8º Ano	9º Ano	10º Ano
8%	3%	3%	5%	4%	9%	9%	18%	18%	23%

Com base na Resolução nº 4.818 do CMN e a Resolução BCB nº 2, os créditos tributários devem ser apresentados integralmente no longo prazo, para fins de balanço. O valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a estimativa de taxa de juros futuros apurada com base em informações de mercado, montava a R\$ 3.785 (dezembro de 2022 – R\$ 3.218).

A Distribuidora reconheceu créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre todas as origens existentes em 2023 e 2022.

c) Resultado de imposto de renda e contribuição social - O cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social é demonstrado como segue:

	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Resultado antes do IRPJ e CSLL	232.262	229.352
Juros sobre o capital próprio	-	(30.000)
Resultado ajustado	232.262	199.352
Encargo total do IRPJ e CSLL às alíquotas vigentes	(92.905)	(81.734)
Efeito CSLL (1)	-	1.249
Outros	437	29
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos	437	1.278
Total da despesa de IRPJ e CSLL no período	(92.467)	(80.456)

(1) Efeito da majoração de alíquota da CSLL, conforme nota 3 (f).

9. Passivos contingentes e obrigações legais

A Instituição é parte em processos judiciais de natureza tributária, sendo as principais demandas aquelas que envolvem os seguintes assuntos: (i) dedutibilidade da despesa da CSLL da base de cálculo do Imposto de Renda; e (ii) cobrança de alíquota diferenciada da CSLL em relação às empresas não financeiras.

As provisões para contingências constituídas e obrigações legais, e as variações no período estão assim apresentadas:

I. Composição dos saldos patrimoniais

	Provisões	
	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Fiscais e previdenciárias	23.553	27.055
Total	23.553	27.055

II. Movimentação dos saldos patrimoniais

	Fiscais e previdenciárias	
	Dezembro de 2023	Dezembro de 2022
Saldo inicial	27.055	25.963
Despesas financeiras – juros	1.290	1.244
Constituições	-	352
Reversões (1)	(4.792)	(152)
Pagamentos	-	(352)
Saldo final	23.553	27.055

(1) Considera a reversão de obrigações legais cujo risco de perda é classificado como possível pelos advogados responsáveis, conforme descrito na nota de práticas contábeis (nota 3 (e)).

A Distribuidora também é parte em um processo administrativo de natureza tributária cujo risco de perda é classificado como possível pelos advogados responsáveis por sua condução. Trata-se de auto de infração referente a Imposto de Renda sobre rendimentos e ganhos líquidos auferidos por investidores não residentes, no valor de R\$ 517.141 (dezembro de 2022 – R\$ 468.676). A Distribuidora foi autuada na condição de representante legal dos investidores e possui direito de reembolso em caso de potenciais perdas, conforme previsto em contrato de prestação de serviços de custódia.

10. Patrimônio líquido: O capital social é representado por 50.000 ações ordinárias sem valor nominal. A Reserva de lucros – Estatutária poderá ser futuramente utilizada para aumento de capital com a finalidade de assegurar adequadas condições operacionais à Instituição e conforme deliberado em Reunião da Diretoria. A Reserva de lucros – Legal é constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do período, antes de qualquer distribuição, até o limite de 20% do capital social. A Reserva poderá deixar de ser constituída quando acrescida do montante das reservas de capital atingir 30% do capital social. Aos acionistas é assegurado um dividendo anual não cumulativo de pelo menos 25% do lucro líquido do período, sendo que o saldo remanescente terá a destinação determinada pela Assembleia Geral de Acionistas. Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada no dia 26 de abril de 2022, foi aprovado o aumento do capital social em R\$ 50.896 mediante capitalização de parte da conta de "Reserva de Lucros – Estatutária". O aumento de capital foi aprovado pelo BACEN em junho de 2022. Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada no dia 20 de dezembro de 2022, foi aprovada a distribuição de juros sobre o capital próprio aos acionistas no montante de R\$ 30.000. Também foi aprovada a utilização do valor líquido de R\$ 25.500 para o aumento do capital da Instituição, sem a emissão de novas ações. O aumento de capital foi aprovado pelo Banco Central do Brasil em fevereiro de 2023. Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada no dia 29 de junho de 2023, foi aprovado o aumento do capital social em R\$ 200.000 mediante capitalização de parte da conta de "Reserva de Lucros – Estatutária" e sem emissão de novas ações. Conforme deliberado em reunião da Diretoria, foi aprovada a não distribuição de dividendos referente ao exercício de 2023.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Julho-Dezembro 2023	Janeiro-Dezembro 2023	Janeiro-Dezembro 2022
Receitas de intermediação financeira		110.574	222.306	217.109
Resultado com instrumentos financeiros		110.574	222.306	217.109
Resultado bruto de intermediação financeira		110.574	222.306	217.109
Outras receitas (despesas) operacionais		1.617	9.956	12.243
Receitas de prestação de serviços	13a	24.610	52.112	55.180
Despesas de pessoal		(5.744)	(11.845)	(10.616)
Outras despesas administrativas	13b	(10.905)	(21.381)	(19.312)
Despesas tributárias		(6.402)	(13.027)	(12.914)
Reversão/(Constituição) de provisões	13c	(594)	3.502	(1.444)
Outros resultados operacionais		652	595	1.349
Resultado operacional		112.191	232.262	229.352
Resultado antes da tributação sobre o lucro		112.191	232.262	229.352
Imposto de renda e contribuição social	8	(44.714)	(92.467)	(80.456)
Provisão para imposto de renda		(28.414)	(57.355)	(49.836)

A DIRETORIA NA DATA DO RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Azarias de Castro Feitosa Junior
Daniel Darahem de Souza Coelho
Decio Ramos Porchat de Assis
Eliza Harumi Ogawa

Flávia Rocha Lima de Almeida Prado
Jorge Constantino Bernardes dos Santos
Mariana Plass Rizzo

DIRETOR-PRESIDENTE

Daniel Darahem de Souza Coelho

DIRETOR RESPONSÁVEL PELA CONTABILIDADE

Jorge Constantino Bernardes dos Santos

CONTADOR

João Augusto Makoto Hira - CRC 1SP307985/O-0

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas

J.P. Morgan S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da J.P. Morgan S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Instituição em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma

relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos

evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de março de 2024



pwc PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Washington Luiz Pereira Cavalcanti
Contador CRC 1SP172940/O-6